

PROSTITUIÇÃO FEMININA EM REGIÕES DE FRONTEIRA:
OS CAMINHOS COMPROVADAMENTE
DIFÍCEIS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE
MULHERES DE VIDA PRETENSAMENTE FÁCIL

Manuela Ribeiro*

Resumo A reflexão desenvolvida neste texto incide sobre questões associadas à investigação em torno da prostituição feminina, mais em concreto, sobre constrangimentos que a natureza desviante deste objecto de estudo e, bem assim, as condições e peculiaridades sociais que, actualmente, enquadram o meio prostitucional e o exercício da actividade podem projectar no processo de recolha de dados. Concomitantemente, são também abordados alguns dos desafios que este processo coloca/pode colocar aos investigadores nele envolvidos.

Palavras-chave trabalho de campo, prostituição feminina, estigmatização, imigrantes ilegais.

1. Introdução

A pesquisa de que trata este artigo é financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa SAPIENS/99¹ e é um projecto conjunto de três universidades, a saber: Universidade do Minho (UM), Universidade da Beira Interior (UBI) e Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD), cabendo a coordenação científica do mesmo a esta última. A justificação da pertinência e do interesse em desenvolver esta investigação sobre o tema da prostituição feminina assentou, basicamente, no conjunto de constatações que, em termos sucintos, passamos a enunciar:

- a relativamente escassa investigação empírica feita em Portugal acerca da problemáticas da prostituição, nomeadamente da prostituição feminina;
- o crescente empenho de diferentes instâncias e fóruns internacionais (Nações Unidas, Conselho da Europa, etc.) em torno de matérias ligadas à prostituição, um empenho expresso e veiculado num grande número de Resoluções e Recomendações sobre a necessidade de melhorar o conheci-

* Professora Associada de Sociologia do DES, UTAD, Vila Real (mribeiro@utad.pt).

1 Projecto SAPIENS/99 (POCT1/36472/SOC) – “Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira»

mento sobre a prostituição feminina, as suas principais manifestações, causas, condições e consequências, sobre os processos que a in/enformam, de modo a que se possam formular e adoptar políticas e iniciativas mais adequadas e coerentes para lidar com os múltiplos e complexos problemas que lhe andam associados;

- as ocorrências indicando que a prostituição feminina em geral está, não só a aumentar, mas também a assumir novas formas e novos contornos e a alastrar progressivamente a novos territórios;
- o aprofundamento das tendências de globalização económica e respectivos impactos na intensificação de processos de marginalização e exclusão sociais, mormente por via do alastramento do desemprego e da especial incidência que este vem tendo entre a população feminina e a população mais jovem;
- o empioramento sistemático da *performance* das economias da imensa maioria dos países menos desenvolvidos;
- a eliminação de controlos fronteiriços e a maior facilidade de circulação de pessoas no interior do espaço comunitário europeu;
- a crescente mediatização – títulos, notícias, debates, etc. – de temas ligados à prostituição e ao tráfico de mulheres, à legalização da actividade e das preocupações sociais que estes temas vêm inspirando;
- o amplo reconhecimento de profundos e extensos vínculos da prostituição feminina com outros problemas sociais candentes, seja no âmbito da saúde pública, da toxicodependência, de vários tipos de criminalidade, entre outros;
- o aumento dos riscos inerentes ao exercício da prostituição, e consequentemente dos efeitos nefastos nas suas vítimas (crimes de violência contra as mulheres que se prostituem, desde assaltos, violações e assassinatos; os riscos de doenças sexualmente transmitidas; os riscos inerentes à venda do corpo para financiar dependências, como a droga, etc.).

A formatação da parceria interuniversitária responsável pela concepção e a operacionalização do projecto decorre, em boa medida, da implantação das próprias universidades envolvidas em zonas geográficas contíguas e de claro recorte fronteiriço, o que permitiu, por um lado, delimitar como território de incidência da pesquisa, um espaço consideravelmente abrangente, cobrindo praticamente toda a linha de fronteira do interior norte de Portugal e correspondentes territórios espanhóis de Castilla-León e da Galiza e, por outro, dispor de condições relativamente objectivas e favoráveis para explorar eventuais inter-relações entre a fronteira e os desenvolvimentos e a configuração que o fenómeno da prostituição feminina vem assumindo nas áreas em questão.

Dentro deste vasto espaço geográfico, demarcámos para efeitos de observação empírica, um perímetro de cerca de 50 quilómetros para cada lado da linha de fronteira, delineando assim e a em traços largos, um espaço transfronteiriço

aonde nos últimos anos se têm vindo a multiplicar os indícios e as evidências sobre actividades ligadas à prostituição feminina.

Identificar como e porquê se vem processando esta recente mas progressiva incorporação destes territórios interiores, e remotos muitos deles, à geografia da prostituição feminina organizada, constitui um dos principais objectivos deste estudo. A este, somam-se a pretensão de conhecer as formas e modalidades que vem revestindo o exercício desta prostituição, os seus principais protagonistas, muito especialmente as mulheres que se prostituem, e identificar e analisar referências institucionais e legais relevantes no enquadramento do universo da prostituição feminina em geral, e em particular nas regiões em estudo.

As mulheres constituem o núcleo central dos interesses deste projecto e sobre elas tratamos essencialmente de saber sobre as suas reais condições de existência, os percursos biográficos que as conduziram à prostituição, sobre os constrangimentos, problemas e dificuldades que lhes condicionam os quotidianos de vida e de trabalho, as representações e avaliações que fazem da actividade a que se dedicam, as expectativas e finalidades que as orientam, para, entre outros, poder fundamentar sugestões e propostas de acção política e social, tendentes a melhorar os seus contextos de vida e, em última instância, a propiciar-lhes condições para poderem, efectivamente, tomar decisões em relação à prostituição.

Para além das incontornáveis consultas de fontes documentais, a recolha de dados especificamente centrada nas mulheres tem-se processado por recurso a técnicas de inquirição, recobrando uma grande variedade de procedimentos concretos, desde as «conversas» exploratórias e informais, a formas mais sistematizadas de recolha através da realização de entrevistas livres e aprofundadas destinadas à construção de «histórias de vida», ao apuramento de informação para elaboração dos designados «orçamentos-tempo» e, fundamentalmente, através de um inquérito estruturado e standardizado, abarcando um amplo espectro de questões. A recolha de dados tem-se desenvolvido, também, através da observação directa dos locais de trabalho e de residência das mulheres e de outros locais importantes no seu dia a dia, como cafés, restaurantes, cabeleireiros. Embora na prática seja quase sempre accionada em simultâneo com procedimentos de inquirição, a observação tem sido feita, segundo orientações e parâmetros previamente definidos em guiões específicos.

Iniciado em Janeiro de 2001, o trabalho de campo das três equipas locais que integram este projecto tem incidido, especialmente, em cinco grandes eixos transfronteiriços que acabaram por emergir como estruturantes da actividade da prostituição feminina, dentro do corredor raiano que traçámos para efeitos da presente investigação, a saber: Vilar-Formoso/Fuentes de Oñoro, Bragança / Alcañices-Zamora, Chaves/Verín, Montalegre/Xinzo de Límia e Braga – Viana do Castelo/Vigo. Cada um destes corredores aglutina um conjunto territorial de geometria reconhecidamente variável, em virtude da elevada mobilidade e rotatividade da presença das mulheres e até dos próprios empresários, em cada um destes espaços.

2. A pesquisa sobre prostituição feminina – Factores e factos que a tornam (muito) particularmente difícil

Mais do que apresentar os resultados que já temos apurados, neste texto optamos por centrar a nossa reflexão em torno de questões associadas ao processo de construção dos mesmos, mais especificamente ao processo de recolha de dados.

Mas falar do processo de colecta de informação no âmbito do nosso projecto é, antes de mais e acima de tudo, falar de «dificuldades» e de «riscos», ou como alguém os designou, de «los peculiares problemas metodológicos» da investigação relacionada com a prostituição (Savitz e Rosen, citados em Pheterson, 1996: 47). Pela centralidade que têm assumido ao longo de todo o percurso até aqui feito, pelos condicionalismos que nele têm projectado, umas e outros têm, efectivamente, constituído referências constantes, relevantes e determinantes do trabalho que vimos desenvolvendo no terreno. E embora as dificuldades e os riscos sejam parte integrante de todo e qualquer projecto de investigação, o que a este respeito distingue aquele que vimos concretizando, são a natureza, a amplitude, e a novidade dos que, diariamente, emergem e se atravessam nos caminhos da nossa pesquisa.

É claro que desde as fases mais preliminares da concepção deste projecto, os investigadores nele reunidos, todos estreatos no estudo de problemáticas da prostituição, consideraram as dificuldades e os riscos, como componentes intrínsecas do mesmo. Para ambos, fomos sendo avisados, quer pelo que cada um de nós sabia, ou pensava que sabia, acerca da prostituição, das prostitutas e dos meios prostitucionais, pela bibliografia que fomos consultando e mesmo pelas recomendações formais feitas a este propósito pelo júri que avaliou a nossa candidatura ao Programa SAPIENS e que textualmente sublinhavam «the sensitivity (and the risks) of the subject matter...».

Efectivamente, é no próprio objecto de estudo, a prostituição feminina e, mais precisamente, na natureza dos julgamentos sociais dominantes acerca dela e das mulheres que a praticam, no estatuto social que lhes é atribuído, nas especificidades organizativas e de funcionamento desta actividade e do quadro legal que a rodeia, que radicam as principais dificuldades e riscos que temos atopado ao longo destes mais de dois anos no terreno, como as que, a seguir e sem qualquer pretensão de exaustividade, apresento e analiso. Para o efeito, tomei como referência empírica mais directa e próxima, as experiências vividas e registadas no âmbito da equipa da UTAD, sem deixar, naturalmente, de referir, sempre que necessário e oportuno, o que tem acontecido com as outras duas equipas, com que emparceiramos.

– A força dos preconceitos e dos julgamentos socialmente dominantes acerca da prostituição e das mulheres que se prostituem

Reflectindo as imagens e as representações simbólicas e legais negativas socialmente vigentes sobre a prostituição e sobre as mulheres que se prostituem, a

enorme carga de preconceitos morais condenatórios que impendem sobre elas e a correspondente estigmatização e rejeição social que lhes é imposta (O'Neill, 1996; S. Silva, 2001), o nosso projecto e a nossa participação no mesmo tendem, muitas vezes, a ser avaliados a partir das mesmas grelhas de leitura, o que, por norma, acaba resultando na desvalorização, depreciação e mesmo condenação mais ou menos subtis, de um e de outra.

Dão corpo a estas avaliações, observações que com alguma frequência nos têm sido dirigidas, como as que, a título de exemplo, aqui se incluem, e que se num ou noutro caso pontual podem exprimir algum sentimento de preocupação e apreensão, na maioria das vezes aparecem embrulhadas em indisfarçáveis tons mistos de jocosidade e de reprovação.

– *Então agora andas metida com putas?*

– *Conta lá o que tens aprendido sobre o negócio das putas!*

– *Então não havia mesmo assunto mais apropriado para investigarem?*

– *Vão propor as «casas de meninas», como estratégia a seguir para a criação de emprego e o desenvolvimento em Trás os Montes?*

O conteúdo deste tipo de comentários parece levar implícito, entre outras, a projecção alargada, a transposição para este projecto da ideia e do sentido de transgressão, atribuídos ao comportamento das mulheres que se prostituem, uma projecção que culmina, inevitavelmente, no seguinte corolário: a prostituição é um assunto sujo, indigno e deselegante, logo pouco recomendável para ser escolhido como objecto de investigação, mais ainda em se tratando de investigadoras².

Formulações e insinuações como as que deixámos transcritas condensam o que, ao longo do processo de pesquisa, se foi configurando como uma das mais insidiosas dificuldades com que todos, e em especial os elementos femininos da equipa, fomos sendo confrontados.

A predominância da prostituição «abrigada» e a batalha para obter a «permissão» e a concordância dos empresários

Dentro da área geográfica em que mais directamente temos desenvolvido o nosso trabalho de campo, isto é, a região fronteiriça de Trás os Montes, de Bragança a Montalegre e correspondentes territórios de Castilla-León e Galiza que lhe dão continuidade física imediata, a prostituição feminina esgota-se, praticamente, na modalidade dita «abrigada»³, (Shulke, 2002) ou seja, aquela que tem lugar em domicílios, apartamentos e moradias e, sobretudo, nos estabelecimentos especificamente criados para o efeito, os «clubes», um eufemismo que é actualmente

2 Uma situação que, aliás, aparece recorrentemente mencionada noutros estudos sobre a prostituição, como se confirma em Lazaridis (2001:74).

3 Equivalente ao conceito de língua inglesa “indoor prostitution» (Kinnell, 2001, South African Commission Law, 2003; Raphael & Shapiro, 2004) e também ao de “sheltered prostitution» (Danna, 2003).

muito corrente no meio para designar os bordéis. A prostituição de rua, ou de estrada é, no espaço geográfico considerado, quase inexistente ou residual.

Confinada ao interior de edifícios, com uma visibilidade e uma exposição sociais, de longe, mais atenuadas que a de rua, a prostituição «abrigada» e as mulheres que nela trabalham, são também, por isso mesmo, muito mais inacessíveis.

Desde logo, porque os clubes e a maior parte dos domicílios funcionam em regime empresarial, ou seja, a titularidade da propriedade e/ou da posse dos locais e, no caso dos clubes, a sua exploração comercial como bares, discotecas, ou *pubs*, são detidas por empresários(as).

Em regra, clubes e domicílios são, simultaneamente, locais de trabalho e de residência das mulheres, sendo também muito comum a situação das que trabalham em clubes e residem em apartamentos e casas que pertencem ao mesmo dono, isto é, ao mesmo empresário, que normalmente assegura também os meios de deslocação diária das mulheres entre ambos os espaços (Ribeiro e Sacramento, 2002).

A condição de «donos» dos estabelecimentos e dos locais de residência confere aos empresários um amplo poder de controle sobre o acesso aos mesmos e sobre o que lá acontece. São, por isso mesmo, figuras decisivas e incontornáveis para chegarmos às mulheres. Não apenas para acedermos aos espaços físicos aonde elas passam a maior parte do seu tempo, mas também para, de um modo ou de outro, avalizarem a sua disponibilidade para nos fornecerem a informação que buscamos. A ausência de qualquer vínculo salarial entre os empresários e as mulheres retira aos primeiros o estatuto formal de patrões das segundas, o que, em grande medida, explica a considerável, e para nós surpreendente, autonomia com que a grande maioria das mulheres gere a sua vida profissional, nomeadamente a sua passagem pelos diferentes clubes. Apesar desta constatação, sem o assentimento, implícito ou explícito, dos donos, dos *patrões* das casas, como são frequentemente designados, são poucas as que se dispõem a ser abordadas pelos investigadores e menos ainda, as que decidem prestar-lhes colaboração.

De facto, o medo de que *o patrão venha a saber*, o medo de que *o patrão não queira*, de que *o patrão não goste*, a presunção de que *o patrão pode ficar zangado*, têm-nos sido insistentemente repetidos por muitas das mulheres que temos contactado, em resposta às nossas solicitações para a realização dos inquéritos e das entrevistas.

O não reconhecimento legal da prostituição, a criminalização de situações e condutas tipificadas que possam comprovar-se no âmbito da actividade (presença de menores e/ou de portadoras de deficiências mentais, exploração de mulheres que se prostituem, entre outros), o estatuto de imigrantes clandestinas que muitas das mulheres que ali trabalham ostentam, a reserva da privacidade de clientes, são, entre outras, boas e ponderosas razões para que os empresários do sector se empenhem em manter fora e longe da curiosidade alheia os interiores e os meandros da actividade. Daí que, no geral, e pelo menos nas primeiras

tentativas de contacto, os empresários, se mostrem pouco receptivos, quando não totalmente intransigentes face aos argumentos e pretensões dos investigadores. E mesmo dentre os poucos que, quando abordados, não manifestaram resistências de maior às nossas solicitações, alguns não deram qualquer sequência prática a tal atitude. Adiaram e/ou faltaram a encontros combinados para acertarmos procedimentos de trabalho, deixaram de responder aos nossos telefonemas, fizeram-se incontactáveis quando os procurámos nos seus outros locais de trabalho, em resumo, fizeram de tudo para se livrarem de nós. É, que para além do ficou já ressaltado, investigação é também o nome do que sobre o sector e sobre os negócios da prostituição têm feito e fazem jornalistas e polícias. E quase sempre os seus resultados acabaram por se revelar fatais ou, no mínimo, lesivos dos interesses destes empresários.

Superar as desconfianças dos empresários, ganhar o seu consentimento ou pelo menos lograr a sua indiferença, para podermos aceder e circular, na qualidade devidamente identificada de investigadores, pelos locais de residência e de trabalho das mulheres, tem sido uma das mais difíceis batalhas que os envolvidos neste projecto têm enfrentado. Nela temos investido centenas de horas, milhares de quilómetros, doses maciças de argumentos e de paciência e mobilizado toda a sorte de agentes potencialmente capazes de promover a nossa causa junto deles, desde clientes a amigos. Por ela se nos têm escoado os nossos mais escassos recursos, que são o tempo e o dinheiro. Tempo e dinheiro que se esvaem na repetição de viagens e contactos de nula ou escassa fertilidade produtiva, mas também gastos em consumos mínimos obrigatórios nos estabelecimentos a observar. Tomar um copo e pagar um copo – a informantes pontuais, a clientes e, sobretudo, a mulheres presentes nos clubes visitados – são procedimentos inevitáveis e condição necessária para desbravar terreno.

Este processo de construção de «pontes» até e com os empresários pode envolver e quase sempre envolve, para além dos próprios ou até mesmo em sua substituição, todo um conjunto de outras figuras que giram em torno deles e da(s) sua(s) actividade(s) – gerentes, empregados, «namoradas», etc. – e nele temos também, pontualmente, corrido os mais sérios riscos, mormente os que nos chegam sob a forma de ameaças, mais ou menos veladas, de ofensas à integridade física dos investigadores, como retaliação por eventuais danos causáveis pelo nosso trabalho aos interesses e/ou aos interessados no sector.

O caso mais extremado deste entendimento do nosso estudo como potencial perigo para os interesses instalados foi protagonizado pela intervenção do advogado de um empresário, que já tinha recebido com simpatia e mostras de grande disponibilidade os elementos de uma das equipas do projecto. Irritado com o que considerou ser uma atitude ingénuo do empresário, o advogado informou os nossos colegas de que, sendo sua obrigação proteger o seu cliente, neste caso protegê-lo até dele mesmo, o tinha de informar dos perigos que corria ao franquear-nos as portas. Desde logo, porque se o nosso projecto era sobre prostituição feminina, o simples acto de termos procurado o empresário em causa configu-

rava, só por si, a presunção de que o seu cliente se dedicaria a actividades ilícitas, podendo a colaboração prometida por este, vir a ser tomada como comprovativo da mesma. E não houve argumentos que o demovessem da firme decisão de proibir o seu cliente de voltar a receber-nos ou a facultar-nos qualquer tipo de apoio. E sendo também, como mais tarde se veio a apurar, advogado de empresários de outros clubes da zona, tê-los-á igualmente prevenido sobre os prejuízos que lhes poderiam resultar do projecto e, portanto, para se negarem a receber os investigadores e, talvez mesmo, para «proibirem» as mulheres em serviço nas respectivas casas, de nos darem qualquer colaboração, sob pena de se poderem ver arrastadas para complicações legais.

Presumimos que assim tenha sido, dada a verdadeira montanha de obstáculos que, a partir daí, foi crescendo e se foi interpondo entre os investigadores e o meio a estudar. Com efeito, naquela região, nem um único inquérito pôde, até hoje, fazer-se através dos locais de trabalho das mulheres. E mesmo no exterior, as taxas de execução do projecto, em especial no que diz respeito à inquirição das mulheres, tem sido muito baixa e pouco eficiente. Uma significativa percentagem das poucas que por ali se têm deixado convencer a fazer alguma entrevista, aparece solidamente instruída para não assumir a verdadeira natureza das actividades que desenvolve nas casas aonde trabalha, não arredando da invocação do estatuto de turistas, fazendo mesmo questão de exhibir o que consideram documentos comprovativos dessa condição – passaportes, etc. E não sendo a nossa pesquisa propriamente sobre mulheres-turistas, chegados a este ponto, nada mais resta para fazer avançar a colheita de informação. E progredir num terreno tão minado como este tem, realmente, sido por demais complicado.

– A ausência, nos territórios de incidência deste estudo, de qualquer iniciativa institucional dirigida às mulheres que se prostituem

Como já deixámos referenciado, uma grande parte da área geográfica delimitada para efeitos de pesquisa empírica deste projecto, incluindo a que, do lado português, cabe à equipa da UTAD, só nos últimos anos vem registando a instalação de actividades organizadas de prostituição feminina, ou seja, a abertura de clubes e, muito mais recentemente, a oferta de prostituição em domicílios. E, pese embora a relativamente elevada taxa de expansão destes sectores, aos níveis regional e local, por enquanto apenas as instituições policiais e judiciais têm, de vez em quando, assinalado e dado sinais concretos destes factos. Fora disso, é o deserto absoluto de qualquer acção institucional, especificamente vocacionada para o sector, mais em particular para o apoio às mulheres que para aqui vêm exercer a prostituição. Não achámos, até agora, no terreno qualquer organização, governamental ou não governamental, que se interesse e desenvolva alguma espécie de iniciativa que inclua estas mulheres como público-alvo, como, de resto, já vem acontecendo do lado espanhol, tanto em Castilla-León, como na Galiza.

Este vazio, em grande parte revelador da novidade do fenómeno da prosti-

tuição nestas zonas, significa, para o nosso projecto, a impossibilidade de recurso à intermediação facilitadora de agentes institucionais para acedermos às mulheres e para as inquirirmos e, conseqüentemente, reforça a nossa dependência dos empresários para o podemos fazer.

– As características e os modos de funcionamento do meio prostitucional e a interdição da presença das mulheres não directamente ligadas à prostituição

Embora formalmente licenciados como bares, discotecas, *pubs*, etc, os clubes são locais interditos e interditados à presença e frequência de mulheres sem ligações directas e reconhecidas ao meio prostitucional. No exterior, as proibições e as autoproibições a este respeito são, fundamentalmente, estribadas no quadro normativo que regula, define e demarca os comportamentos em torno da prostituição e no correspondente arsenal de sanções que o acompanha. As justificações e a racionalidade das proibições impostas, a partir do interior dos clubes, à entrada e à presença de mulheres estranhas ao meio e à actividade inscrevem-se na própria essência da sua existência e do seu funcionamento, à luz da qual são, portanto, inquestionáveis.

As circunstâncias inibitórias referenciadas constroem, grandemente, a acção e a intervenção das mulheres investigadoras no terreno da pesquisa, tornando obrigatória a integração de elementos masculinos nas equipas, aos quais cabe a maior parte do trabalho de campo, nomeadamente a recolha de dados, por observação e inquirição, no interior dos clubes ou através deles. No que pessoalmente me diz respeito, nestes dois anos de envolvimento no projecto, apenas tive ocasião de entrar em dois clubes, um deles propriedade de uma empresária e que é, no universo que temos inventariado, um dos raros a funcionar em horário diurno; o outro, visitado «sob escolta» de três colegas, bem ao início da noite, aonde a minha presença, ao fim de poucos minutos, já desencadeava por parte do respectivo dono, reacções bastante desabridas e uma agressividade física e verbal mal contida, que incluiu, para além do que um colega posteriormente classificou como algumas «badalhoquices» discursivas, isto é, comentários e insinuações de recorte explicitamente grosseiro acerca do meu interesse na observação de locais de prostituição feminina, uma intempestiva revista para confirmação de que não era portadora de qualquer tipo de equipamento audiovisual.

Sendo condição necessária para a realização do trabalho de campo, a intervenção de investigadores do sexo masculino é decisiva e preponderante na inquirição das mulheres. Este facto consubstancia, todavia, alguns aspectos redutores da eficácia e da eficiência do apuramento de dados. A forte, diria mesmo a irremediável, tendência destas mulheres para encararem cada homem como um potencial cliente, acaba necessariamente a atrapalhar a tarefa dos nossos colegas e a condicionar de forma mais notória a «composição» dos conteúdos informativos que elas lhes fornecem. A comparação das entrevistas e inquéritos já concretizados tem feito ressaltar a maior abundância, o maior detalhe e a maior profun-

didade da informação recolhida por investigadoras, com quem as mulheres entrevistadas, apesar da maior cerimónia e do maior reserva com que nos tratam, parecem sentir maior empatia, mais confiança, quiçá mesmo alguma espécie de cumplicidade, para entregarem informação do foro pessoal e mais ou menos íntimo. As restrições que pesam sobre a presença e circulação no terreno, de investigadores do sexo feminino representam, pelo que fica dito, uma penalização e uma limitação para a concretização dos objectivos do projecto.

– A elevada volatilidade do sector da prostituição feminina de clubes

Desde as primeiras incursões ao terreno da pesquisa, que pudemos apreender o carácter altamente volátil do universo desta modalidade de prostituição (Ribeiro e Sacramento, 2002), uma volatilidade que se traduz em aspectos como os seguintes:

- o ritmo consideravelmente acelerado a que estes estabelecimentos abrem ou reabrem e fecham;
- a frequência com que a titularidade dos mesmos muda de mãos, o que muitas vezes representa também uma rodagem geográfica dos empresários, e que pode incluir mesmo a sua deslocação para o outro lado da fronteira;
- e, sobretudo, a intensa circulação das mulheres entre clubes e entre territórios.

Boa parte desta volatilidade geral do sector constitui, muito presumivelmente, um recurso para minimizar a visibilidade social do mesmo e, por consequência, para reduzir os riscos de detecção de ilicitudes legais ou de outro tipo que, não raro, convergem nas actividades de prostituição.

No que às mulheres diz respeito, a sua incessante mobilidade entre locais de trabalho tem, desde logo, a ver com a condição de imigrantes ilegais em que muitas delas se encontram.

Com efeito, dentro dos espaços transfronteiriços que constituem o nosso campo de observação, as mulheres que trabalham nos clubes são, na sua imensa maioria, de origem estrangeira, mais precisamente de origem extra comunitária.

Na áreas de incidência da pesquisa, afecta à equipa da UTAD, tem sido raríssimo detectar a presença de mulheres autóctones, portuguesas e espanholas, o mesmo acontecendo com mulheres de outras proveniências europeias, seja da Europa de Leste e muito menos ainda da Europa Comunitária.

São, assim, quase exclusivamente provenientes de países menos desenvolvidos, muito especialmente dos países da América Latina, um facto explicado, entre outros, pela comunidade e afinidades linguísticas da origem e dos destinos. Brasileiras, colombianas e dominicanas dominam, de longe, a oferta de mulheres em clubes de um e doutro lado da fronteira, a grande distância de outras nacionalidades que também por aqui se registam – nigeriana, jamaicana, marroquina,

etc. – numa irrefutável demonstração do que é e por onde também passa o fenómeno da globalização.

Das cerca de 120 mulheres, com quem a equipa da UTAD realizou inquéritos e entrevistas, 75% são de origem estrangeira, extra comunitária todas elas, e destas, a esmagadora maioria é brasileira. A sobrerepresentatividade das brasileiras no conjunto das mulheres formalmente inquiridas verifica-se igualmente quando consideramos as muitas mais que também abordámos, mas que não lográmos entrevistar. Denominador comum, diria mesmo uma das poucas regularidades presentes nas histórias e percursos de vida de quase todas as mulheres com quem nos temos cruzado, é a sua origem em estratos sociais de grande precariedade material, de pobreza generalizada, de sobrevivência quotidiana comprometida na maioria do tempo⁴.

Do que até aqui temos podido apurar, aparece claro que as mulheres que passam e rodam pelos clubes em funcionamento na nossa área de estudo, são, na imensa maioria dos casos, recrutadas, agenciadas e financiadas no contexto do que podemos chamar «pequenas redes informais» de vizinhança e de parentesco – a irmã, a prima, a vizinha, a conhecida, a amiga, a comadre que veio à frente e, depois, de mote próprio, a pedido das interessadas ou, mais frequentemente, agindo em representação de algum empresário, «chamam» outras mulheres. Este modelo de enquadramento dos processos migratórios de mulheres vindas do outro lado do mundo para exercer a prostituição na Europa, mais em concreto em países do espaço comunitário, é, de longe, o mais recorrentemente citado e descrito pelas mulheres que contactámos, sendo relativamente raras as ocorrências reportados à acção e intervenção de redes internacionais organizadas e de cariz criminoso, de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, que com muita frequência aparecem referenciadas como o modelo crescentemente dominante no universo da prostituição feminina, na era da globalização (Macan-Makar, s/d; CE, s/d; IOM, 1996; Richard, 1999; IOM, 2001; Monzini, 2002; Levenkron & Dahan, 2003).

Viajam todas até à Europa com o estatuto de turistas e as que conseguem ver esse estatuto reconhecido pelas autoridades aduaneiras à chegada, o que, diga-se, se tem vindo a tornar cada vez mais difícil, têm pela frente uns curtos dois ou três meses de permanência autorizada. Esgotado este tempo e decididas a continuar, entram em situação irregular, que as coloca numa posição de grande fragilidade, em permanente sobressalto de serem apanhadas pela fiscalização e a sofrerem as penalizações que a lei prevê para estes casos. E não havendo reconhecimento oficial da actividade a que se dedicam, sequer têm podido pedir a sua regularização como trabalhadoras imigrantes. Daí que a sua sobrevivência

4 Escrevendo sobre mulheres latino-americanas que se vêm prostituir em Espanha, Jáudenes (2001:19) enfatiza também este aspecto, quando conclui que *...se constata que a pobreza tiene rostro de mujer.*

como imigrantes clandestinas dependa, quase exclusivamente, da adopção de estratégias para camuflar e gerir o mais favoravelmente possível tal situação, para despistar a vigilância policial, estratégias que passam, entre outros, por uma constante mudança de lugar, numa nomadização laboral e de vida, que não raro se alarga a todo o vasto espaço europeu, donde foram erradicados os controlos de circulação interna de pessoas.

Há, todavia, que deixar vincado que a elevada rotação da passagem das mulheres pelos clubes responde também a requisitos de eficiência do funcionamento destas casas, pois promove a renovação periódica da oferta, exigida pela procura e factor decisivo na competitividade dentro do sector (EDIS, 2001).

A condição de imigrantes ilegais e o estigma social que corresponde a uma mulher identificada como prostituta são desde logo, factores que induzem a resistência das mulheres a deixarem-se entrevistar. Remover este obstáculo é sempre difícil e muitas vezes tem sido mesmo impossível. Por outro lado, a constante errância destas mulheres introduz no nosso trabalho de campo, níveis muito elevados de incerteza e de imponderabilidade quanto ao apuramento de dados concretos, como mostram as dezenas de situações que culminaram na garantia e no acerto de data e de lugar para se fazerem os inquéritos e, ainda assim, estes não aconteceram, porque quando lá chegámos já as mulheres se haviam transferido para outro sítio. É claro que há sempre a possibilidade de serem repescadas nos territórios das equipas nossas parceiras, como já tem acontecido. Mas há também trabalho e oportunidades que se perdem para sempre, como, por exemplo, a de aceder a um precioso registo de contabilidade que uma das mulheres que entrevistei, me mostrou. Nele assentava, rigorosamente, todos os números de que se faziam os seus dias – despesas e gastos, ganhos apurados, número de clientes atendidos, dentro e fora do clube, etc. Por respeito à confiança que o seu gesto de me mostrar estes registos consubstanciava e temendo que uma manifestação muito viva do meu interesse nos seus papéis e nos seus dados pudesse desencadear na mulher mecanismos de apreensão ou de retracção, limitei-me, na altura, a dizer-lhe da enorme importância que aqueles números teriam para o meu trabalho e a sugerir-lhe que pensasse na hipótese de poder vir a ceder-mos, não naquela hora, mas depois de ter tido tempo para pensar e decidir. Mostrou-se sensível ao meu pedido, o que me deixou animada. Como tinha planos de voltar à casa que ela partilhava com outras colegas, pensei que o tempo iria jogar a meu favor, permitindo reforçar a aproximação e a confiança que se estabelecera entre nós. Na próxima visita, levei tudo preparado para voltar ao assunto. «Estava de porre», como mandou dizer-me por uma amiga e nem cheguei a vê-la. Entretanto, mudou-se e, de momento, tenho apenas indícios do seu rasto. Mas mantenho a esperança de voltar a encontrá-la e de lhe lembrar o pedido que lhe fiz.

Para além dos aspectos mencionados, há ainda a frisar como obstáculo ao nosso trabalho com as mulheres, os seus horários peculiares, que lhes deixam relativamente pouco tempo livre para acolherem a realização de um inquérito

como o nosso, reconhecidamente ambicioso e longo. Trabalhando até por volta das 4/5 da manhã, dormem, por regra, até depois do meio dia. No intervalo de tempo que separa o acordarem do retorno ao clube, as solicitações são várias e todas consideradas prioritárias, em relação às do nosso projecto – idas ao cabeleireiro, ao supermercado, «ir no shopping», realizar tarefas domésticas, sair com os «namorados», sair para atender algum cliente, etc. Em nome destas prioridades, viagens de centenas de quilómetros, intermináveis horas de espera, acertos confirmados no quarto de hora anterior, têm, pura e simplesmente, produzido nada! E nem por isso podemos desistir. No dia a seguir ou quando elas decidirem, voltaremos lá e voltaremos a esperar o tempo que for preciso, pois a recolha da informação que elas nos possam dar, é a prioridade deste projecto.

E por aqui se acumulam passivos de tempo, de dinheiro, de prazos, de inquéritos por fazer, de informações por recolher.

3. Breves notas conclusivas

As situações difíceis e de risco que deixámos, sucintamente, arroladas neste texto, e as mais que, por falta de tempo e de espaço ficaram por referir, as formas, a extensão e a severidade dos condicionalismos que delas têm resultado para o nosso trabalho de campo, constituem, simultaneamente, uma das mais significativas e interessantes matérias para análise e reflexão produzidas no âmbito deste projecto e uma das mais decisivas referências enquadradoras de todas as vertentes que integram o processo de produção de conhecimento que dele decorre. Neste sentido, e embora possa soar a paradoxo, não há como não as reconhecer como uma componente essencial do enorme e permanente desafio que, a todos os títulos, este projecto no seu conjunto, tem representado para os que nele se envolveram e para o qual remete a nossa firme convicção, de que, apesar de todos os pesares que legitimamente possamos invocar, o saldo do caminho que temos percorrido e do trabalho que temos realizado é, francamente, positivo.

Referências bibliográficas

- CE (Comissão Europeia) (s/d), *Tráfico de Mulheres. A Miséria por Trás da Fantasia: da Pobreza à Escravidão Sexual. Uma Estratégia Europeia Global*, em http://europa.eu.int/comm/justice_home/news/8mars_en.htm/ (5/4/2004).
- Danna, D. (2003), *Trafficking and Prostitution of Foreigners in the Context of the EU Countries' Policy about Prostitution*. NEWR (Network for European Women's Rights) Workshop on Trafficking, Amsterdam, 25-26 de Abril.
- Edis (Equipo de Investigación Sociológica) (2001), *Aproximación a la Realidad de la Prostitución Feminina en la Provincia de Salamanca. Año 2001*, Ayuntamiento y Diputación Provincial de Salamanca, Salamanca.

- IOM (International Organization for Migration) (1996), *Trafficking in Women from Dominican Republic for Sexual Exploitation*. Ed. Migration Information Programme, Budapest.
- IOM (International Organization for Migration) (2001), «New IOM Figures on the Global Scale of Trafficking», *Trafficking In Migrants*, n.º 23, April, Special Issue.
- Jáudenes, E. B. (2001), «Abordando las Claves del Problema». Em Elena Bonelli Jáudenes et al. (*Tráfico e Inmigración de Mujeres en España. Colombianas y Ecuatorianas en los Servicios Domésticos y Sexuales*, Ed. ACSUR – Las Segovias, Madrid, pp. 19-25.
- Kinnell, H. (2001), «Murderous Clients and Indifferent Justice. Violence Against Sex Workers in the UK», *Research for Sex Work*, n.º 4.
- Lazaridis, G. (2001), «Trafficking and Prostitution. The Growing Exploitation of Migrant Women in Greece», *The European Journal of Women's Studies*, Vol. 8., pp. 67-102.
- Levenkron, N 4 Y. Dahan (2003), *Women as Commodities. Trafficking in Women in Israel 2003*, Hotline for Migrant workers, Isha L'Isha – Haifa Feminist Center, Adva Center.
- Macan-Makar, M. (s/d), *Modern Slavery-Forcing Millions of Women into the Sex Trade*. Em <http://www.twinside.org.sg/title/millions.htm> (5/3/04)
- Monzini, P. (2001), *Trafficking in Women and Girls and the Involvement of Organized Crime with Reference to the Situation of Central and Eastern Europe*. Com. apresentada à 1ª Conferência da Sociedade Europeia de Criminologia, Lausanne, Setembro, 6-8.
- O'Neill, M. (1996), «Prostitution, Feminism and Critical Praxis: Profession Prostitute?». Em: http://www.staffs.ac.uk/schools/humanities_and_soc_sciences/sociology/level3/prost3.htm (8/5/2002).
- Pheterson, G. (1996), *El Prisma de la Prostitución*, Talasa Ediciones, Madrid.
- Raphael, J.; D. L. Shapiro (2004), «Violence in Indoor and Outdoor Prostitution Venues», *Violence Against Women*, vol. 10, n.º 2, pp 126-139.
- Ribeiro M. e O. Sacramento (2002), «Prostituição Feminina no Espaço Transfronteiriço Ibérico. Um Caso Muito Particular de Circulação de Pessoas», *Sociedade e Cultura*, 4, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, vol. 18 (1-2), pp. 205-227.
- Richard, A. O'N. (1999), *International Trafficking in Women to the United States: A Contemporary Manifestation of Slavery and Organized Crime* An Intelligence Monograph, Center for the Study of Intelligence, USA.
- Shulke, N. (2001), *O Fenómeno da Prostituição na Região da Galiza; Enquadramento Legal; Estratégias de Intervenção*. Comunicação oral ao 2.º Workshop – «Diversidade na Unidade: Experiências Internacionais e o seu Contexto», Projecto *De Rua em Rua* (STOP), Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Porto, Outubro 18.
- Silva, S. M. (2001), *A Fronteiras das Ambivalências. Controlo e Poder Institucionais sobre a Prostituição Feminina*. Tese de Mestrado em Sociologia, ICS, Universidade do Minho, Braga.
- SOUTH AFRICAN COMMISSION LAW (2002), *Sexual Offences: Adult Prostitution*. Project 107 – Sexual Offences, Issue Paper 19.

Manuela Ribeiro é Professora Associada de Sociologia na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. As temáticas e os problemas respeitantes à condição das mulheres, em particular das mulheres rurais, têm catalizado boa parte dos seus interesses e da sua actividade de investigação, no âmbito da qual tem publicados vários artigos e um livro. Desde 2001, coordena um projecto de investigação sobre – «Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira», desenvolvido em parceria com colegas das Universidades do Minho e da Beira Interior e financiado pela FCT (Projecto SAPIENS/99 – POCT1/36472/SOC).

CONTACTO: mribeiro@utad.pt